



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



ALEGORIAS DO TEMPO: Uma reflexão sobre a transformação da paisagem do Parque Municipal de Belo Horizonte – Minas Gerais

*Izabella Galera¹, Universidade Federal de Minas Gerais,
izabella.galera@gmail.com*

*Paula M. Brasil Garcia², Universidade Federal de Minas
Gerais, paulabrasilgarcia@yahoo.com.br*

¹ **Izabela Galera** Arquiteta. Professora de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade Izabela Hendrix. Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² **Paula M. Brasil Garcia** Geógrafa Professora no Centro Universitário UNA. Especialista em Geoprocessamento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciências Naturais e Conservação dos Recursos Naturais pela Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia e Análise Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RESUMO

O espaço público desempenha um papel determinante no ambiente construído, estabelecendo-se como uma afirmação democrática do equilíbrio entre a dimensão pública e a privada na cidade. Sua importância no contexto da sociedade contemporânea extravasa a função de identidade simbólica, oferecendo um território para as manifestações coletivas, tanto como um espaço para expressão individual como um palco aberto para a vida da comunidade. Com a notável expansão urbana na qual vivemos, constantemente, nos grandes centros, surgem as questões: como estes parques urbanos sobrevivem em meio à cidade contemporânea e como estão sendo apropriados? As mudanças que incidem na cidade contemporânea geram uma nova atitude na compreensão dos espaços públicos. A transformação na estrutura econômica e social, além das mudanças espaciais, faz com que surjam novas territorialidades, trazendo muitas vezes conflitos entre os atores institucionais e os cidadãos. Neste contexto, o espaço público ganha um novo significado, político, ideológico, social e ambiental. Com este trabalho, pretende-se analisar o conceito de paisagem e de parque urbano, buscando entender como o Parque Américo Renné Gianetti, em Belo Horizonte vêm sobrevivendo em meio às novas demandas das metrópoles e por consequência como sua paisagem vai se transformando.

Palavras Chave: Paisagem, Parques Urbanos; Espaços Livres; Uso Público

ABSTRACT

Public space plays a decisive role in the built environment, establishing itself as a democratic affirmation of the balance between public and private dimension in the city. Its importance in the context of contemporary society goes beyond the symbolic identity function, offering an area for collective events, both as a space for individual expression as an open stage for community life. With the notable urban expansion in which we live constantly in large cities, the questions arise: how these urban parks survive amid the contemporary city and how are appropriate? The changes that affect the contemporary city generate a new attitude in the understanding of public spaces. The transformation in the economic and social structure, in addition to spatial changes, gives rise to new territoriality, bringing often conflicts between the institutional actors and citizens. In this context, the public space takes on new meaning, political, ideological, social and environmental. This work aims to analyze the concept of landscape and urban park, seeking to understand how the Park Americo Renne Gianetti, in Belo Horizonte come surviving amid the new demands of the metropolis and therefore as its landscape is transformed.

Keywords: Landscape, Urban Parks; Free spaces; Public use

CONCEITO DE PAISAGEM

O termo paisagem é um conceito polissêmico que embora não seja exclusivo, é de grande relevância e tema de antigas discussões na Geografia. Conforme afirma Dominguez (2001), a paisagem, em uma época em que a geografia se afirmava como uma disciplina que percorre as ciências humanas e físicas, era uma espécie de síntese e epifenômeno resultante de uma relação de tempos longos entre as condições naturais (conjunto de determinantes biofísicas) e a ação do homem (antrópicas) organizado em uma sociedade produtora de uma historicidade, de uma cultura e de uma evolução tecnológica.

Existem diversas versões acerca da origem do termo paisagem. Costa (2011) afirma que a ideia de paisagem foi proposta como conceito geográfico pela primeira vez pelo naturalista alemão Alexander Von Humboldt, no início do século XIX, como *“Der 12 Totalcharakter einer Erdgegend”*, ou seja, o conjunto das características de uma região terrestre. Para Holzer (1999) paisagem enquanto termo, começou a ser empregado no alemão medieval, na palavra *landschaft* que significa uma relação entre os habitantes e seu sítio. *Landschaft* deu origem ao termo *landschap* em holandês, que por sua vez originou *landscape* inglês. O termo holandês esteve relacionado as pinturas de paisagens realistas no século XVII, atrelado as novas técnicas de representação renascentista; e o termo em inglês, originado do holandês é definido como *view of land* ou *representation of the land* (NAME, 2010 apud HOPKINS, 1994).

Bertrand, geógrafo francês afirma que estudar uma paisagem é antes de tudo, apresentar a questão do método, que envolve análise e classificação. Para o autor, paisagem consistia em um termo pouco utilizado e incerto, e por essa razão, usado com pouco critério. Bertrand afirmava que paisagem não resultaria da simples junção de elementos geográficos, e sim a combinação dinâmica e instável de elementos físicos, biológico e antrópicos, vista então como uma totalidade. A interpretação da paisagem assume ainda um caráter subjetivo, uma vez que dependerá do olhar do observador. Nesse sentido, a análise poderá contemplar a cobertura vegetal, fauna, clima, geomorfologia, sociologia, arquitetura, história, ou mesmo a interação entre vários destes aspectos. No que se refere ao método, a análise pode incluir a fisionomia, dinâmica, relações internas, ecologia além, da correlação entre todas elas. A escala imprime o nível de detalhes, ou estabelecerá limites, tanto na análise quanto no mapeamento.

Burle Marx (1981), considerou que as plantas, em seus trabalhos, eram a expressão da paisagem, indicando que o termo planta ao invés de vegetação, indicava que sua escala de trabalho era de detalhe. Nesse sentido, Burle Marx indica que existem relações entre as plantas e o meio, afirmando também que seu conceito de paisagem pressupõe aspectos ecológicos, biogeográficos e culturais, além do caráter estético e funcional contemplado pela arquitetura (MAXIMIANO, 2004).

Em uma perspectiva macro, o geógrafo Ab’Saber (2003) advoga que paisagem é um conceito diretamente relacionado com herança, sendo ela advinda de processos fisiográficos e biológicos, além de patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. Santos (2002, p.103) apresenta definição similar ao afirmar que “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” Nesse sentido, a paisagem é fruto de processos de acumulação de ações e interações entre os diversos atores e está em constante transformação.

“A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também

mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. ” (SANTOS, 1997, p. 37)

Santos ainda avalia a paisagem como um produto resultante de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, como resposta a certas necessidades ou funções do presente e que coexistem no momento atual. Portanto, a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente, cuja “construção converte-se em um legado aos tempos futuros” (SANTOS, 1985, p.55). Cada forma preexistente que permanece na paisagem constitui a existência concreta de uma sociedade, limitando e dirigindo as futuras transformações sociais. A autora considera a paisagem um palimpsesto, discussão apresentada a seguir.

Conceito de Paisagem como Palimpsesto

“A cidade contemporânea tem muitas camadas. Forma o que poderíamos chamar de palimpsesto, uma paisagem composta de várias formas construídas, sobrepostas umas às outras ao longo do tempo. Em alguns casos, as camadas anteriores são de origem realmente antiga, enraizadas nas civilizações mais velhas, cujas marcas ainda podem ser percebidas por trás do tecido urbano de hoje. Mas mesmo cidades relativamente recentes contêm camadas distintas acumuladas em fases diversas no tumulto do crescimento urbano caótico gerado pela industrialização, pela conquista colonial e pelo domínio neocolonial, em ondas de mudança especulativa e modernização. Nos últimos duzentos anos, as camadas parecem ter se acumulado de forma ainda mais compacta e rápida, como reação ao crescimento da população, ao forte desenvolvimento econômico e a consideráveis mudanças tecnológicas” (HARVEY, 1996, p.01).

Palimpsesto é uma das metáforas mais usadas para ilustrar a dinâmica das cidades. Esse substantivo, rico em sua capacidade de produzir imagens, era o nome dado aos “manuscritos em que o texto original era apagado para transcrever um novo texto” (BAEZ, 2006, p.125). Pesquisar um palimpsesto era identificar as camadas escritas que eram justapostas no leito do texto. Quando tratamos de cidades, o significado busca entender como seu tecido é atualizado pela reocupação de espaços, como a cidade vai se moldando ao longo da história e por detrás destas camadas há memórias e paisagens sobrepostas.

A construção de um conceito de paisagem como palimpsesto carrega consigo uma quebra de paradigma (a paisagem tradicionalmente era avaliada como uma situação de equilíbrio, de harmonia e de durabilidade entre as condições do meio físico e a sua apropriação por um determinado modo de vida a que estariam associados técnicas específicas, valores, práticas e simbologias), e agora passa a ser pensada principalmente como artefato de construção social.

“A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social. ” (SANTOS, M. 1988, pag. 23)

Desta forma, Santos reflete sobre a quebra desta polaridade no pensar paisagem, desconstruindo a ideia de “paisagem natural” e “paisagem artificial”, e entendendo a paisagem como algo muito mais complexo e resultado de ação social e interação do homem com a natureza. Santos (1988) afirma que a vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial.

Ao buscarmos entender a relação homem x natureza, é necessário entendermos principalmente da relação do homem com o seu trabalho, pois é dele que o mesmo busca a sua subsistência sendo o instrumento de trabalho do homem a própria interação e mutação da paisagem. Conforme Santos (1988) ilustra, os instrumentos de trabalho imóveis tendem a predominar sobre os móveis e a serem a condição de uso destes. Estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos etc. são acréscimos à natureza sem os quais a produção é impossível. A cidade é o melhor exemplo dessas adições ao natural.

“A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos.” (SANTOS, M. 1988, pag. 23)

Sendo assim, é correto afirmar que a paisagem é um objeto em constante mutação, sendo o resultado de adições e subtrações sucessivas. Formada por elementos naturais e artificiais, a paisagem é principalmente a marca da história da relação do homem com o espaço. Essa marca se revela na figura dos parques urbanos, partindo do pressuposto que este advém a partir das relações do ser humano com o meio natural.

OS PARQUES URBANOS

Sinopse Histórica

O espaço em que vivemos tem, sobre nossas vidas, uma forte influência: o ambiente urbano foi o lugar para o qual o homem transferiu-se do habitat natural para um construído. Sob uma ótica romântica, os espaços verdes seriam uma possibilidade de o homem cidadão vivenciar a mudança das estações, o funcionamento da natureza e se aproximar do seu espaço de origem – a natureza.

Os parques surgiram como fato urbano de relevância apenas no final do século XVII, na Inglaterra, atingindo seu pleno desenvolvimento quase cem anos depois. Entretanto, somente nos anos de 1850 e 1860, os parques compuseram os planos urbanísticos na Europa, inicialmente, na França, com os planos do Barão Georges-Eugène Haussmann (GRANZ, 1993).

No cenário urbano, na metade do século XIX, as áreas verdes tornaram-se bastante necessárias, uma vez que a cidade tornou-se o locus da vida social moderna. Dois fenômenos que comprometeram a qualidade de vida urbana se fizeram presentes: o primeiro foi a concentração da população mundial nos centros urbanos, o que levou à diminuição da base dos recursos naturais; o segundo foi o surgimento de valores voltados à acumulação de capital e à busca de status social e econômico, base da sociedade capitalista, o qual contribuiu para fragilizar e tornar conflituosas as relações sociais urbanas.

Ampliando-se ainda mais o conceito de parques públicos urbanos como constructo cultural, pode-se afirmar que, concebido como equipamento urbano e recreativo, está relacionado, sobretudo, a uma vontade política de representação através do tempo. São aqui tratados como exemplos emblemáticos os parques públicos do século XIX em Paris, cuja idealização pelo poder da época contou com o auxílio de profissionais de prestígio, destacando-se Georges Eugène Haussmann e o paisagista Jean Alphand.

Nessa época de pós-revolução industrial, o interesse pelos parques passa a fazer parte do cotidiano urbano, associando as ideias de lazer³ ao discurso político de cunho higienista. A ida a um parque estava associada a questões de saúde: ia-se a um espaço assim para respirar o bom ar dos jardins. Por isso, houve uma multiplicação de parques e pequenas praças na Paris do século XIX, inicialmente nos planos urbanísticos idealizados por Haussmann, nos quais se indica a abertura de novas ruas, a criação de novos bairros e dois grandes parques: o Bois de Boulogne, antiga floresta situada entre o rio Sena e as fortificações ocidentais, o parque se torna sede da vida mais elegante de Paris, por sua proximidade com os Champs-Élysées, e o Bois de Vincennes, do lado oposto da cidade, destinado aos bairros do oeste para demonstrar a solicitude do Imperador Napoleão III em relação às classes operárias.

O modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII foi a fonte de inspiração dos parques urbanos que, por sua vez, tiveram origem nas ideias românticas de volta à natureza e busca pela qualidade de vida no meio urbano, sendo que dois fatos marcaram a criação dos primeiros parques: um foi a abertura dos jardins dos palácios ingleses ao público; outro, a realização de empreendimentos imobiliários promovidos pelas iniciativas pública e privada que viram na criação dos parques bons investimentos focados na especulação imobiliária.

Entretanto, a transformação do espaço urbano em mercadoria dificultou a criação e implantação dos parques em áreas urbanas no mundo todo, uma vez que esse uso passou a ser entendido como conflitante com os interesses econômicos (GRANZ, 1982).

Os parques representavam, principalmente, grandes espaços que poderiam aliviar os problemas da cidade e romper a situação cidadina de estresse. De fato, os parques implantados na Europa e nos EUA tiveram esse papel. Granz (1982) afirma que os parques possibilitariam aos cidadãos ter contato com ar fresco, lazer e tranquilidade:

“O período subsequente, de 1900 a 1930, é o de maiores transformações na evolução dos parques: é o do *reform park* ou também *playground period*. Dois são os aspectos que o fundamentam na necessidade de mudanças: playgrounds e espaços locais. Passam a internalizar-se no urbano, construindo áreas para as crianças. Em pouco tempo a aspiração é estendida e implantada para todas as faixas etárias em organizações programadas e supervisionadas por idades e sexos.” (MAGNOLI, M. 2006, p. 209).

O desenvolvimento dos movimentos ambientalistas, que surgiram no século XX e se acentuam nos dias atuais, relata a importância da Educação Ambiental para a formação do cidadão. Os parques urbanos seriam espaços destinados à construção de uma consciência ecológica, nos quais os habitantes da cidade poderiam compreender os processos naturais, por meio do contato direto com os elementos da natureza, utilizando essas informações na conservação dos recursos e do ambiente urbano.

³ Foi na Revolução Industrial que surgem as leis trabalhistas, e a diferença entre tempo de trabalho e tempo livre. O lazer está relacionado diretamente com o que os operários faziam em seus tempos livres.

De acordo com os aspectos ambientais, a vegetação atua diretamente no microclima urbano, colaborando para sua ambiência. Portanto, os parques funcionariam como “preventivos” desses danos ambientais nas cidades. Possibilitariam, assim, a manutenção de alguns atributos naturais no meio urbano—vegetação, geomorfologia, nascentes e outros, auxiliando na diminuição de ruídos, no embelezamento do ambiente, no melhoramento do microclima local quanto à umidade e insolação, no controle de erosão, na qualidade do ar e na manutenção de mananciais (SILVA, 2003, apud RIBEIRO, 2000, p. 52).

No decorrer do século XX, novas funções à antiga, por mais paradoxal que pareça, foram introduzidas, voltadas basicamente ao lazer contemplativo. Atualmente, são atribuições que consideram a preservação de recursos naturais, as práticas desportivas, passando pelos espaços cenográficos dos parques temáticos, até o lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, como no caso dos parques da Disney. Esses papéis requalificam os parques, atribuindo-lhes novos adjetivos e denominações, como Parque Ecológico e Parque Temático.

Para Olmsted, uma cidade com mais espaços abertos e com oferta de área de recreação para a comunidade propiciaria um estilo urbano mais agradável. Parte do esforço de Olmsted em educar o público norte-americano sobre a importância da existência dos parques foi mostrar seus benefícios a todas as classes sociais, indistintamente, e seu papel como ponto de encontro para todos os cidadãos, independentemente de sua formação (BEVERIDGE, apud MACEDO e SAKATA, 2003).

Todavia, em seu livro emblemático⁴ “Vida e Morte das grandes cidades” Jane Jacobs defende que espera-se muito dos parques urbanos. Longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere. (JACOBS, 2001, p. 104)

Para que um parque urbano tenha vitalidade, ele depende da complexidade do local, de sua centralidade, da insolação, facilidade de acesso e da sua delimitação espacial.

Parques no Brasil

A criação sistematizada de Parques no Brasil foi iniciada no século XIX, com a vinda da família real portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro. A forte influência dos paisagistas franceses que vieram para a América Latina explica porque muitos parques urbanos brasileiros inspiraram-se no estilo europeu. Entretanto, diferentemente dos países europeus do século XIX, o Brasil não possuía uma rede urbana expressiva. Até mesmo a capital, Rio de Janeiro, não tinha o porte das cidades europeias da época, tanto em termos de população como em sua área urbana. Aqui, os parques foram criados para complementar os cenários das elites que mantinham o controle da nação em formação.

A mais antiga manifestação em termos de paisagismo, no Brasil, ocorreu na primeira metade do séc. XVII, em Pernambuco, por obra do Príncipe Maurício de Nassau, durante a invasão holandesa. É certo que já antes da expulsão dos holandeses, pouco ou nada havia sobrado dessa iniciativa, exceto uma quantidade de laranjeiras, tangerinas e limoeiros espalhados em todos os trajetos das campanhas de invasão.

⁴ Jane Jacobs escreveu o livro *Vida e Morte das Grandes Cidades*, este livro foi um marco para o urbanismo, ao questionar o desenvolvimento do planejamento urbano nas cidades.

O parque urbano mais antigo do Brasil implantado com este intuito foi o Passeio Público do Rio de Janeiro, por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos. Suas obras iniciaram em 1779, no séc. XVII, por Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim (SEGAWA, 1996 p. 79). A proposta original apresentava o traçado marcadamente simétrico, como o tradicional jardim francês. Uma das grandes diferenças em relação ao desenho original ao atual é que o Passeio chegava ao mar. Em 1862 houve uma grande reforma, sendo chamado o paisagista Auguste François Marie Gaziou, que deu ao logradouro características de jardim inglês, ou jardim paisagista.

Uma das fortes características desta época é a necessidade de o usuário do espaço público usar vestimentas de acordo com o protocolo da Europa, ainda que não houvesse qualquer necessidade disso nos climas tropicais.

Com a vinda de alguns paisagistas franceses para o Brasil, veio também o costume de trazer plantas – junto com as estufas em que eram cultivadas – de toda a parte do mundo, como Ásia e África. Essas, posteriormente, destinavam-se aos jardins particulares da elite, ou aos jardins e parques públicos:

“O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, transformado paulatinamente durante o século XIX em parque público, é um exemplo típico da fusão das duas vertentes projetuais. Nele se observa uma clara mistura do traçado romântico com os grandes eixos clássicos, que constituem, em especial, a grande alameda de palmeiras imperiais, sua referência espacial maior.” (MACEDO, 2002, p.22).

Um dos grandes fatores que revelam que os parques da “Belle Époque”, no Brasil, eram grandes cenários, é a quantidade de vazios urbanos, consequência de uma urbanização sem continuidade que se apresentava nas cidades até quase a metade do séc. XX. Estes vazios expressam uma natureza abundante, e pouca necessidade de parques urbanos, devido às grandes escalas territoriais. Conforme afirma Macedo (2002, p. 24), os vazios urbanos e as imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, foram por mais de cem anos, os verdadeiros antecessores das áreas de lazer urbano formais, do tipo praticado em praças e parques. Somente com a diminuição e mesmo o desaparecimento, a partir da segunda metade do séc. XX, e com escassez real de áreas de lazer das massas menos privilegiadas, tal tipo de equipamento tornou-se uma necessidade social.

Os passeios públicos têm como característica dimensões mais modestas que os parques, ainda que com o mesmo intuito, ou seja, ócio e contemplação, constituindo uma transição entre o grande parque urbano e a praça jardim. No entanto, segundo Serpa (2007, p. 69), todos os parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam: antes mesmo de se tornar um espaço de lazer, o parque é uma ideia, um conceito, uma utopia, um desejo, o qual está relacionado, sobretudo, a uma vontade política. A história de um parque começa sempre com um comando político.

Percebe-se que os estilos que melhor expressam a paisagem dos parques urbanos no Brasil encontram-se em três fases: o ecletismo, do fim do século XIX até a década de 1920; o moderno, que surgiu a partir da década de 1930, que rompe com a visão “romântica” dos parques, cujas influências ainda permanecem, como se observa no Parque do Ibirapuera (SP) e Parque do Flamengo (RJ); e o estilo contemporâneo, que se tornou mais pronunciado a partir da década de 1980 (MACEDO, S. S, SAKATA, F. G, 2002, p. 23).

O Ecletismo é marcado pelos estilos romântico e geométrico. Seguem esses estilos o Parque Museu do Ipiranga, em São Paulo, e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, que além de terem

formas geométricas fortes procuraram imitar a natureza, com caminhos sinuosos e plantas que se debruçam sobre espelhos. Outros exemplos são o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, e o Parque da Luz, em São Paulo (LEAL, 2000).

Entre as décadas de 1920 e 1930 houve um crescimento dos espaços urbanos, fazendo com que os parques passassem a ser mais democráticos, frequentados por pessoas de diferentes classes sociais. Como citado em LEAL (2000), “essas transformações marcam a chegada do estilo moderno e o uso dos espaços livres para práticas esportivas, lugares para brincar e jogar”. O estilo moderno é marcado pelas concepções de Roberto Burle Marx, o qual projetou parques como o de Brasília, reforçando o estilo nacionalista. No Brasil, o estilo contemporâneo de construção de parques urbanos se inicia embrionariamente nos anos 80, com a introdução dos conceitos ecológicos no país e com a chegada de novas obras feitas no exterior. É exemplo desse estilo a maioria das intervenções do projeto Rio-Cidade, parques em Curitiba e a Praça Itália em Porto Alegre, de autoria de Carlos Fayet e equipe (1992), a qual constitui o marco desta nova geração projetual. No entanto, vários parques brasileiros encontram-se com sérios problemas, entre eles os improvisos e a falta de investimentos, principalmente, em áreas de menor valor comercial, ocupadas pelas classes de baixa renda (GANEM & LEAL, 2002).

O Parque Municipal de Belo Horizonte como assim como tantos parques concebidos no séc. XIX no Brasil, são parques que sobreviveram ao longo dos anos, carregando um lugar de memória para a cidade sendo, desta forma, um símbolo destas cidades até hoje. Ao longo da história, o papel desempenhado pelos espaços verdes nas nossas cidades tem sido uma consequência das necessidades experimentadas de cada momento, ao mesmo tempo em que é um reflexo dos gostos e costumes da sociedade.

Parque Municipal Américo Renné Giannetti

“Ao clarear do dia seguinte (19/08/1894), estavam já de pé os viajantes, e, tomando ligeira refeição, encetaram sua excursão matinal, examinando a localidade em que se acha a vivenda do Dr. Aarão Reis, e que pela sua situação, sua topografia, abundância de fontes d’água cristalina, confluência do córrego Acaba Mundo com o ribeirão Arrudas, esplêndida configuração e fertilidade do solo – está já indicada para construir o grande e magnífico parque da futura capital.” (REIS, 1893, p. 33).

O espaço onde hoje se localiza o Parque Municipal abrigava a Chácara Guilherme Vaz de Mello, conhecida como Chácara do Sapo. A área foi desapropriada pela Comissão Construtora da Nova Capital em 1894. A principal casa (figura 01) serviu de habitação aos dois chefes da referida Comissão: Aarão Reis, de março a maio de 1895, e Francisco Bicalho, de maio 1895 a janeiro de 1898. Em 1924, o local também abrigou o governador do Estado Olegário Maciel, que transferiu a residência oficial para o Parque Municipal, até o final de sua gestão.

Aarão Reis sonhou e idealizou Belo Horizonte no Parque Municipal, sendo com base nele que a cidade foi concebida.



Figura 01: Residência de Aarão Reis, no atual Parque Municipal. Fonte: APCBH - Acervo CCNC

Em 1894, Paul Villon⁵ aceitou o convite do engenheiro Aarão Reis (1853- 1936) para se juntar à equipe encarregada do projeto de Belo Horizonte. No mesmo ano, Villon se transferiu para Minas Gerais e assumiu as obras paisagísticas da cidade. Primeiramente, atuou na Quarta Divisão (estudos e preparos do solo) e, depois, na Sexta Divisão (Arruamentos, Calçamentos, Parques e Jardins) da Comissão Construtora da Nova Capital (DOURADO, 2011).

Entre 1894 a 1897, Villon executou a implantação do Parque Municipal, um de seus primeiros na capital. Previsto para ser um “pulmão” para a cidade, a maior área verde local foi disposta próxima a um dos três bulevares estruturadores da malha urbana. O parque desenvolvia-se numa superfície de 64 hectares, com base na aplicação dos princípios de jardim paisagista moderno, com a concepção naturalista, que buscava adaptar o desenho paisagístico à situação natural do terreno. Ainda tendo seguido a conformação natural do terreno, o parque foi inserido em uma planta quadrangular e regular, acompanhando o traçado proposto para a cidade. Esse modelo de parque naturalista, com o jardim paisagista moderno inserido em uma malha rígida segue como principal modelo o Central Park, em Nova Iorque, cravado na malha geométrica urbana de Manhattan.

⁵ A partir de 1898, Villon planejou também os espaços verdes do Palácio da Liberdade, a arborização dos bulevares, das avenidas e ruas da cidade. Com o encerramento dos trabalhos da Comissão, prosseguiu como paisagista municipal até 1899, quando pediu demissão e retornou ao Rio de Janeiro (Leme, 1999, pp. 2222-2223; Trindade, 1997, pp. 266-267). O conjunto de intervenções paisagísticas em Belo Horizonte inaugurou um exemplo no modo de construir cidades no território Brasileiro. Belo Horizonte foi a primeira capital verde a despontar no país, assim projetada desde sua origem, não adaptada posteriormente, como a maioria dos núcleos urbanos tradicionais que, na mesma época, buscavam se enverdecer (DOURADO, 2011).



Figura 02: Implantação original do Parque Municipal, inserida na malha rígida da nova capital, com características dos jardins ingleses. Fonte: Panorama de Belo Horizonte, Atlas Histórico (1997)

Foram propostas 6 (seis) praças em seu entorno, todas com acesso ao parque, marcadas por referências históricas e ícones relacionados à República. Quatro destas delas foram planejadas nos vértices do parque, cujo perímetro é quadrangular. As outras duas localizavam-se nos eixos laterais (figura 02).

Nota-se que Aarão Reis planejou seis praças em todo o entorno do parque: destas, apenas a Praça da República (atual Afonso Arinos) que se constituía no ponto de origem da principal linha de força do projeto, foi executada, no trecho da Avenida Afonso Pena, que flanqueia o parque. Dali partiam as três avenidas de acesso às praças 14 de setembro, da Liberdade e da Federação, destinadas respectivamente aos poderes municipal, estadual e federal (SANTA ROSA, 2002. p. 115).

O projeto original elaborado por Villon previa um cassino com teatro, um coreto, um restaurante e um observatório meteorológico. Dessas construções, apenas o cassino foi iniciado, numa esplanada onde por muito tempo se encontrou a Moradia Estudantil Borges da Costa. As ruas, alamedas, lagoas e riachos foram traçados de forma livre, seguindo o perfil de jardim inglês; a arborização foi introduzida por meio de transplante de árvores de grande porte que eram trazidas de diversos locais da cidade, e do plantio de mudas, produzidas em dois viveiros, criados por Villon às margens do Córrego da Serra, um voltado para o cultivo de flores e outro para árvores exóticas:

“Um grande parque, 640 mil metros quadrados, será colocado quase no centro da cidade, abrindo para uma grande avenida de 50 metros de largura e três outras de 35 metros. O parque apresenta uma superfície muito irregular cuja parte mais baixa será transformada em grandes lagos e rios e a parte mais alta em esplêndidos mirantes. Ele será o maior e mais importante parque na América e vai sozinho atrair visitantes do Brasil e do exterior e vai elevar a cidade acima das outras para pessoas que querem descansar e recobrar suas forças no verão em locais agradáveis e aprazíveis.” (REIS, 1897, p. 33).

A inauguração do Parque Municipal, que se tornou o lugar de encontro da elite mineira, aconteceu em 26 de setembro de 1897, três meses antes da fundação da nova Capital do Estado de Minas Gerais. Na noite em que a cidade foi inaugurada, em 12 de dezembro de 1897, o parque recebeu 200 convidados em um banquete que se estendeu por três dias e três noites, à base de luz elétrica, oferecido pela Comissão Construtora.

Ao longo dos anos, a área projetada para ser um parque inglês, uma ilha de romantismo na geométrica cidade de Aarão, foi cedendo espaço para um aproveitamento menos oneroso, visto que os cofres do município já não dispunham de tantos recursos, o que impossibilitou o prosseguimento do projeto inicial. Já em 1907, o Parque Municipal começou a ser desmembrado.

“Em 1907, encontrou-se uma solução menos onerosa aos já sobrecarregados cofres públicos municipais: entregar ao governo do Estado a porção sudoeste do Parque, que se abria para a Avenida Mantiqueira, atual Alfredo Balena. Ali, deveriam ser instalados a Diretoria da Agricultura e um laboratório de análises. Não estava mais em cogitação continuar os trabalhos de Paul Villon. Depois do afastamento do paisagista francês e da morte de seu sucessor, José Jorge da Silva Penna, extinguiu-se o cargo de diretor do Parque, que passou aos cuidados do diretor-geral de obras do município.” (CVRD, 1992, p.38).

A partir de 1911, a porção sudoeste do córrego Acaba Mundo foi drenada, criando-se um lago para criação de peixes⁶; a parte ajardinada foi requalificada e três grandes ruas para articulação interna do parque foram abertas, por meio de pontes e aterros.

O Parque perdeu mais 45.241 metros quadrados de sua superfície em 1912, que foram doados pelo governo do estado para a construção da Faculdade de Medicina e do Centro de Saúde do Estado.

Em 1914, ainda na área do parque, foi instalado um forno de incineração para parte do lixo produzido na capital. No mesmo ano, erigiu-se o campo do América Futebol Clube, utilizando 19.388 m² (sítio hoje ocupado por um hipermercado): em troca pela área doada ao clube, a prefeitura ficou com o antigo campo do América, local que hoje sedia o Mercado Municipal.

Foram também instalados os hospitais São Geraldo, em 1920, e o hospital São Vicente de Paula, em 1925, posteriormente demolidos. Desse modo, "vai se conformando ali, onde antes era Parque, uma região hospitalar" (CVRD, 1992, p. 48/9).

Também na década de 1920 foram instalados o gradil e os portões de ferro, o Coreto (retirado da Praça Rio Branco), uma praça circular nos moldes dos jardins franceses em seu entorno, a Estação dos Bondes (atual Mercado das Flores), a quadra de tênis e a pista de patinação. É importante frisar que, nessa época, os parques urbanos passaram a agregar outras funções, como parques infantis e esportes, ainda mantendo a característica de lugar de contemplação.

Nesse período, o Bar do Ponto, localizado do outro lado da Avenida Afonso Pena, ponto de encontro dos jovens poetas Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e Emílio Moura, era uma forte referência do centro da cidade. Com a proximidade da Estação de Bondes, teve sua área de influência ampliada para o interior do Parque.

Em 1937, propôs-se o prolongamento da Rua Pernambuco (atual Alameda Ezequiel Dias) e a Cidade Universitária, que acabou não se consolidando. Nessa área encontram-se hoje, dentre outros, a Fundação Hemominas, o Hospital da Previdência e o Hospital Semper.

Na década de 1940, o parque perdeu mais um grande espaço, dessa vez para as construções do Palácio das Artes, ideado por Juscelino Kubitschek para suprir a demanda cultural da cidade, a qual

⁶ A área do parque onde foi criado o lago para criação de peixes, oriundo das águas do córrego Acaba Mundo, corresponde atualmente ao Lago do Quiosque, próximo à portaria da Alameda Ezequiel Dias.

havia perdido seu antigo Teatro Municipal, na Rua Goiás, para abrigar um espaço mais amplo e moderno para a população. A obra do Palácio das Artes só foi concluída em 1971. Assim, criou-se um teatro de emergência, também inserido no Parque Municipal. Luiz Signorelli projetou o Teatro Francisco Nunes, inaugurado em 1949, que acolheu shows e peças teatrais enquanto as obras do Palácio estavam estagnadas.

Nessa mesma década, o movimento modernista invadiu a cidade: as grades do Parque Municipal foram retiradas e uma série de eventos realizados: piano ao ar livre aos domingos, jogos de futebol, peteca, tênis e, principalmente, natação e remo. Intelectuais como Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Hélio Pelegrino fizeram do parque seu ponto de encontro.

Com a dissolução do Instituto de Belas Artes, em 1946, o artista plástico Alberto da Veiga Guignard transferiu seu curso para o Parque Municipal, com uma escola e oficina permanente, sem nenhum impedimento acadêmico. A escola Guignard foi edificada, a princípio, onde posteriormente se localizou o Colégio IMACO. Em 1948, o prefeito Otacílio Negrão de Lima rompeu o contrato com a escola, que foi obrigada a migrar para outros espaços até 1951, quando retornou ao parque, instalando-se no esqueleto do futuro Palácio das Artes, que estava em construção havia uma década (CVRD, 1992, p. 90).

No final dos anos 1940, o parque perdeu o controle de acesso e uso, sofrendo um abandono significativo: sua imagem foi associada à insegurança, principalmente devido à retirada dos gradis.

Em 1951, ao assumir a prefeitura, Américo Renné Giannetti empenhou-se em reverter a situação do parque, realizando a primeira grande obra de reforma: recuperação dos jardins e da Lagoa dos Patos, tratamento da água, reparo dos sanitários, asfaltamento das alamedas, implantação de uma fonte luminosa e uma Concha Acústica para apresentação de concertos ao ar livre.

Para avaliar a área, o prefeito chamou o renomado paisagista Roberto Burle Marx, que diagnosticou a situação do parque como “atravancado com construções de toda ordem que lhe tirem a beleza”, aconselhando a proibição imediata de novas edificações no logradouro, o que não foi seguido, tendo em vista que em 1954 foi construída a Escola Técnica de Comércio Municipal, posteriormente Colégio IMACO, demolido em 2013, sob a justificativa de que o edifício gerava marginalização no local e para dar espaço a um novo edifício voltado às apresentações da Orquestra Sinfônica⁷.

Na ocasião das reformas, o local recebeu o nome que leva até hoje, Parque Municipal Américo Renné Giannetti, em homenagem ao prefeito, que faleceu em 1954.

Entre 1960 e 1970, a população de Belo Horizonte saltou de 600 mil para 1,3 milhão de habitantes, transformando as relações sociais na capital: originou-se uma classe média emergente e uma classe operária especializada, ao mesmo tempo em que a população de baixa renda da cidade aumentou. A cidade passou a ter uma escala metropolitana mais consolidada. Desta forma, as demandas por espaços públicos acompanharam esse crescimento.

Nos anos 1960, a cidade assistiu ao corte dos frondosos fícus da Avenida Afonso Pena, alterando a paisagem do principal bulevar da cidade para dar espaço a mais carros. Nesse período, foi permitida também a instalação de Circo no parque, causando grande impacto no local. Em 1966, o Abrigo de Bondes transformou-se em Mercado das Flores; em 1967, as obras do Palácio das Artes

⁷ Atualmente o projeto está ainda em fase de execução da obra.

foram retomadas. Nessa época, o parque voltou a ser sinônimo de medo e insegurança, gerando o afastamento da população, principalmente durante a noite.

Na década de 1970, foram inaugurados o Orquidário Municipal e o Palácio das Artes. A iluminação de lâmpadas incandescentes foi substituída por de mercúrio. Nesse momento, o jornal Estado de Minas convidou os leitores a reconhecer o parque, buscando na memória afetiva dos cidadãos uma reaproximação do povo com o logradouro.

Em 1975, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) realizou o tombamento de todo o conjunto paisagístico e arquitetônico do parque, por meio do Decreto nº17.086/75, que proíbe novas construções no local. O principal objetivo era reforçar o seu caráter de área de lazer, proibindo-se novas construções em seu território. Pela primeira vez, houve um ganho para a região ganhou: com a canalização do Acaba Mundo, foram acrescidos à sua área cinco hectares (CVRD, 1992, p. 108).

Em 1977, as grades de ferro voltaram a contornar o parque. Nos anos 1980, aconteceu o II Encontro Regional de Biólogos, onde foram elaboradas sugestões para a salvação do parque, cuja situação era apontada, pelos profissionais, como catastrófica.

A segunda grande obra do Parque Municipal teve lugar em 1992, com o plantio de novas espécies de árvores, implantação de sistema de irrigação, repavimentação das alamedas, instalação de novos portões de entrada e aparelhos de ginástica, além da construção de uma pista de caminhada com aproximadamente dois mil metros.

Em 2002, elaborou-se um completo diagnóstico do parque, juntamente com o programa Parque 21, propondo uma série de melhorias que vêm sendo efetuadas pouco a pouco. Este programa foi elaborado em 2 (dois) volumes, o primeiro apresentando o diagnóstico completo do parque, e o segundo apontando diretrizes quanto a necessidade de melhoria do mesmo.

No que diz respeito ao desmembramento do Parque Municipal, ocorreram vários ordenamentos jurídicos que possibilitaram a cessão de partes da área original a entidades públicas e privadas; a figura 03 apresenta como foi o processo de desmembramento do Parque Municipal ao longo de sua história. Podemos analisar a partir das imagens uma sistemática fragmentação do tecido urbano e neste sentido uma negação do rio arrudas, que anteriormente passava em leito natural pelo meio do parque, e hoje se encontra canalizado e tamponado, dando espaço para a Avenida dos Andradas.

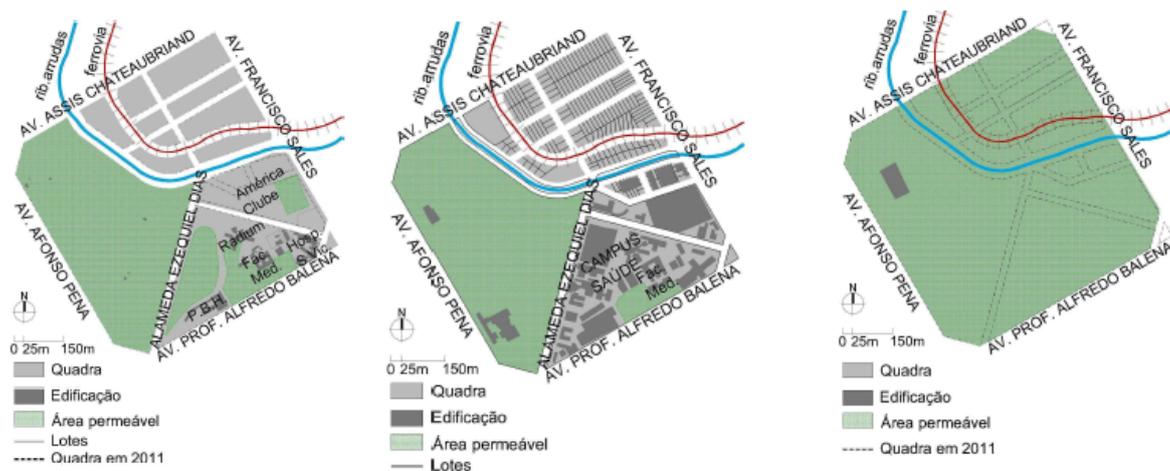


Figura 03: Área do Parque Municipal, em 1897, 1942, 2011. Fonte: Simão, 2011.



Figura 04: Parque Municipal em seu tamanho e projeto original em 1897. Fonte: <http://www.mapahistoricodigitalbh.com.br/> adaptado pelas autoras.



Figura 05: Parque Municipal na situação atual 2014. Fonte: <http://www.mapahistoricodigitalbh.com.br/> adaptado pelas autoras.

O projeto original idealizado por Paul Villon, que aparece na imagem acima (figura 04) foi inspirado nos parques de Paris e Nova York. Sua ideia fundamental se apoiava no encontro das águas, tirando proveito do fundo de vale onde o Córrego do Acaba Mundo se encontrava com o Ribeirão Arrudas, e aproveitando ainda as três nascentes que existem no local. Devido a uma sobreposição de camadas históricas, que surgem por interesses diversos, hoje o Parque Municipal representa aproximadamente um terço de sua área original, entretanto, ainda hoje é o parque mais visitado e importante de Belo Horizonte, abarcando cerca de 60%⁸ do número total de visitantes de todos os parques da capital. Esta informação reforça sua importância ambiental e simbólica para a cidade e sua resistência através do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os parques de bairro ou similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso.” (JACOBS, 2000, p. 97).

As cidades, de um modo geral, possuem símbolos públicos, seja uma praça, seja edifício ou uma avenida os que, por meio de sua visibilidade, conferem imagens de poder e glória às localidades. O Parque Municipal Américo Renné Giannetti por meio da sua história constitui-se em um marco referencial que detém a memória e a identidade da cidade. Ressalte-se que só é passível de memória aquilo que se transformou e que, portanto, sugere a lembrança, a memória da identidade de ontem (FEIBER, 2004, p. 95).

Compreendemos que a cidade está em constante transformação, e todo o período de mudança deixa para trás fragmentos tanto na paisagem como na memória da cidade. Estes fragmentos podem dizer muito sobre como a cidade vem lidando com seus interesses e como representa seus poderes. Esta dinâmica pode ser percebida a partir da leitura do Parque Municipal de Belo Horizonte como um Palimpsesto, uma vez que este representa de forma clara, a sobreposição destas camadas históricas na paisagem urbana, e, sobretudo simboliza algo que ainda está por vir, devido a uma intensa ressignificação deste local para as pessoas que ali frequentam.

Em se tratando de desvendá-la, relembremos que a ideia de parque público urbano emergiu no séc. XIX. Na Inglaterra, em 1833, foi apresentado para o parlamento britânico um inventário de fatores que determinavam a necessidade de espaços públicos para os habitantes das cidades, notadamente no relacionado à saúde, ao bem-estar, à moral e à diversão da população. Nasceu então a ideia de parque público como lugar de virtudes (SERPA, 2007, p. 80).

Isto fica muito evidente quando vemos que os primeiros parques públicos surgem na Inglaterra e França, no início do Sec. XIX, como os “pulmões” das grandes cidades e um como um filtro das mazelas da sociedade. Ou seja, nessa época os parques públicos vêm para melhorar a vida do trabalhador, e principalmente como um meio de controle social, pois ao oferecer a água potável e um local para a família, este cidadão é desviado dos locais mal vistos pela sociedade, como bares e

⁸ Média apontada pelo em entrevista com Homero Brasil, Ex Diretor do Departamento de Parques da Região Sul de Belo Horizonte, em 14 de maio de 2014, no Parque das Mangabeiras.

casa de jogos, distanciando-se dos vícios, e principalmente da possibilidade de surgimento de motins e organizações operárias. O séc. XIX foi marcado também por um crescimento intenso nas cidades, ocasionando superpovoamento e poluição dos meios naturais. Dessa forma, na maioria das cidades europeias, os parques urbanos foram criados como resposta às questões sanitárias e estéticas das cidades.

Ao contrário do que ocorria no século XIX nos parques urbanos europeus, hoje o Parque Municipal, pela sua centralidade e espaço, é palco de diversos movimentos urbanos que o utilizam como uma forma de apropriação do espaço público e luta pelo direito a cidade. Destacam-se os culturais, tais como festivais de música que ocorrem em diversos horários, concertos aos domingos e eventos no teatro Francisco Nunes. Como movimentos políticos, ressaltam-se *A Cidade que Queremos* e *Coletivo Muitxs*, como vias para aumentar a participação popular nas tomadas de decisão por parte do poder público, além de representar uma alternativa às políticas que vêm sendo praticadas ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, os parques públicos centrais têm uma abrangência que extrapola os limites municipais, o que propicia uma pluralidade de frequentadores, vindo a reforçar a importância de uma área verde pública preservada e alto valor histórico e cultural.

Serpa ressalta que “todos os parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam” (Serpa, 2007, p. 69). É neste momento que o parque se afirma como tema urbano, cuja existência vem a ser fundamental para a vida nos grandes centros.

Há uma necessidade de aproximar cada vez mais o cidadão de sua vida urbana, à vida cívica, ao que se faz em espaços públicos. Aproximar a vida do cidadão a seus parques, e que estes possam oferecer, além de bem-estar, uma oportunidade do cidadão também se responsabilizar e respeitar aquele espaço, buscando melhorias em um amplo processo de discussão e informação, voltado para os interesses da população da forma mais humana e inclusiva possível.

REFERÊNCIAS

- AB’ SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.
- BERTRAND, G.. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. Toulouse, v. 39, nº 3, p. 249-272, 1968
- BEVERIDGE, C. A park for the people: New York's Central Park was designed to expose all social classes to the civilizing force of natural beauty. (Designers Frederick Law Olmsted & Calvert Vaux)". *Natural History*, New York, v. 92, p. 28-39, Aug. 1983. In: MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. Parques urbanos no Brasil. São Paulo: Edusp, 2003.
- BRASIL. Código Florestal. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.
- BURLE MARX, R. Ecologia e paisagismo. *Inter Facies : Escritos e Documentos*. São José do Rio Preto: Unesp, 1981
- BROWNE, K.; WHITAKER, B. *Parks for People*. New York: Schocken Books. 1973. 142p
- CARDIELOS, J. P. *A Construção de uma Arquitetura da Paisagem*. Universidade de Coimbra, 2009.

- CUSTODIO, V. Segregação, fragmentação e segmentação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA-LATINA, X, 2005, São Paulo. Anais do X EGAL. São Paulo: FFLCH/USP - Depto. de Geografia, 2005. p. 1-16.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Parque Municipal, crônicas de um tempo. Belo Horizonte, CVDR, 1992.
- CONZEN, M. P. The study of urban form in the United States. *Urban Morphology*, v. 5, nº 1, p. 3-14, 2001.
- CONZEN, M. R. G. *The Havel towns: townscapes of the Havel region*, exemplified by Rathenow. In: CONZEN, M. R. G. (Ed.). *Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998*. Oxford: Peter Lang, 2004 a. p. 83-100.
- CORREA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, Alfredo. Evolução uso e cobertura do solo e fragmentação da paisagem na Serra do Gandarela (MG) [manuscrito]: análise a partir de métricas de paisagem, 2012.
- COSTA, S. A. P. *A morfologia dos tecidos urbanos de influência inglesa da cidade de Nova Lima*. *Paisagem e Ambiente*, nº 25, p. 55-76, 2008.
- DOURADO, G. M. Belle époque dos jardins. São Paulo: SENAC, 2011.
- FEIBER, S. D. Área verdes urbanas imagem e uso - o caso do Passeio Público. R. Revista RA'EGA, n. 8, p. 93-105, Curitiba: UFPR,
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Centro de Estudos Históricos e Culturais. 100 anos de modernidade: anuário da arquitetura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2001. v.1: Políticas públicas.
- _____. *Centro de Estudos Históricos e Culturais. Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano na cidade de Belo Horizonte (1894-1960)*: Belo Horizonte, 2004. (mim.)
- GANEM, R.; LEAL, Z. M. In: DUARTE, L. M. G.; THEODORO, S. H. (org.). *Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Brasília: Garamond Universitária. 57 a 71 p.
- GRANZ, G. *The Politics of Park Design: A History of Urban Parks in America*. The Mit Press. Cambridge, Massachusetts: London, England. 1982. 344p.
- HARVEY, D. Espaços urbanos na aldeia global: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v.1, n.4, maio, 1996.
- HOPKINS, Jeff. Mapping of cinematic places: icons, ideology and the power of (mis)representation, In: AITKEN, Stuart C.; ZONN, LeoE. *Place, power, Situation and spectacle. A geography of film*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1994, p.47-65.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEAL, G. Estudo Revela Estilo dos Parques Brasileiros. *O Estado de São Paulo*. 17/10/2000.

- LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. Parques urbanos no Brasil. 2. Edifício São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Quapá).
- MACIEL, M.C; PARQUE 21 - Programa de revitalização e preservação do Parque Municipal Américo René Giannetti . Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003
- MAGALHÃES, B. A.; ANDRADE, R. F.. Belo Horizonte - Um espaço para a República. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.
- MAGNOLI, M. M. O parque no desenho urbano. Paisagem e Ambiente: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 21, p. 199-213, 2006(b).
- MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. R. RA'É GA, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Editora UFPR
- REIS, Aarão. Revista geral dos trabalhos da comissão constructora da nova capital. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., v.2, Ago. 1895.
- RIBEIRO, M. A. Ecologizar: Pensando o Ambiente Humano. Belo Horizonte: Rona, 2000. 396p.
- SANTA ROSA, J. B. Belo Horizonte - "Cidade Jardim" à utopia de um urbanismo ajardinado: os planos urbanísticos de 1895 e 1935. 2002. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- SERPA, A. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.
- SEGAWA, H. Ao Amor do Público: Jardins no Brasil. Studio Nobel, FAPESP: São Paulo, 1996.
- HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1999, p. 149- 168.
- NAME, Leo. GeoTextos, vol. 6, n. 2, dez. 2010; 163-186.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.
- SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.